

**METALNAVE S.A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA  
EM LIQUIDAÇÃO**

CNPJ/MF: 30.460.539/0001-94 - NIRE: 33.3.0011259-6

**CONVOCAÇÃO:** Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar na Av. Pres. Vargas, 583, sala 908, Centro, Rio de Janeiro/RJ, no próximo dia 18 de outubro de 2024, às 11:00 horas, em 1ª convocação, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias: I - Selecionar Curriculum de candidatos ao Cargo de Liquidante; II - Eleger novo Liquidante em substituição ao Liquidante renunciante Sr. PEDRO FRANCISCO DE ASSIS DAS CHAGAS e; III - Outros assuntos de interesses da Companhia. Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2024. Espólio de Francisco José Wlasek - P/p Inventariante: Natassia Wlasek.

**BTG PACTUAL HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ N° 07.110.438/0001-71 - NIRE N° 33.3.0027473-1

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de Outubro de 2024, (lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76.). 1. Data, Hora e Local:** Realizada no dia 03 de outubro de 2024, às 11:00 horas, na sede social da BTG Pactual Holding Participações S.A., localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar, parte, Torre Corcovado, CEP: 22250-040 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"). **3. Composição da Mesa:** Bruno Duque Horta Nogueira – Presidente; Fernanda Jorge Stallone Palmeiro – Secretária. **4. Ordem do dia e Deliberações:** (tomadas por unanimidade de votos dos acionistas presentes): **4.1. Autorizar a lavratura a ata desta assembleia sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme o disposto no §1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. CONSIDERANDO QUE:** (i) Em 28 de dezembro de 2011, foi celebrada Escritura Pública de Abertura de Crédito, entre (i) **Banco do Nordeste do Brasil S.A.**, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ sob o nº 07.237.373/0016-06 (Agência Fortaleza-Centro), com sede em Fortaleza-CE, na Av. Pedro Ramalho, nº 5.700, Bairro Passaré ("BNB"); e (ii) **Geradora de Energia do Norte S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.110.880/0001-23, com sede no Município de Miranda do Norte, Estado do Maranhão, à V-AC A Subestação Miranda II da Eletronorte – KM 03, S/N, Portão A, Zona Rural ("Gera"), BNB e Gera, doravante referidas na qualidade de **Contratantes**; (iii) **GNP S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.453.414/0001-40, com sede no Município e Estado de São Paulo, na Rua do Bosque, nº 1281, Sala 4, Bairro Barra Funda ("GNP"); e (iv) **Equatorial Energia S.A.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.220.438/0001-73, com sede no Município de São Luís, Estado do Maranhão, na Rua Alto Calhau, nº 100, Quadra SQS, Alameda A, Sala 30, Bairro Calhau ("Equatorial"), em conjunto, GNP e Equatorial na qualidade de **Intervenientes Fiadoras e Acionistas Garantidoras**; (v) **Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 07.032.374/0001-38, com sede no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Bairro Vila Yara ("FIP Brasil Energia"), na qualidade de **Acionista Garantidora**; e (vi) **Marco Aurélio Palopoli**, brasileiro, casado, empresário, portador da identidade nº 3857320/SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 641.269.788-87, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Paes de Barros, nº 1899, Ap. 111, Bairro Mooca ("Marco"), na qualidade de Fiel Depositário ("**Escritura Pública de Abertura de Crédito**"), no valor de R\$ 83.487.449,11, referentes a recursos financiados; (ii) Na presente data, a Companhia deseja firmar 1º Termo Aditivo a Escritura Pública de Abertura de Crédito, o qual atuará na qualidade de acionista garantidor, em substituição a Equatorial Energia. **4.2.** Ato subsequente, resolvem, aprovar, a prestação de garantia, pela Companhia, especificamente na forma de garantia fidejussória, na forma de Fiança, passando a figurar como fiador/acionista garantidor, nos termos do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, no âmbito da Escritura Pública de Abertura de Crédito. **4.3.** Autorizar que os procuradores devidamente constituídos por esta Companhia, através da procuração constante do anexo à presente, assinem os documentos acima relacionados, bem como quaisquer outros necessários para a realização da garantia ora aprovada. **4.4.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todo e qualquer ato necessário à efetivação da deliberação prevista no item 4.2 acima, incluindo, mas não se limitando, a ratificação de todos os atos já praticados relacionados à deliberação prevista no item 4.2 acima, inclusive a assinatura de contratos, aditivos, e de qualquer documento societário aplicável. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerraram-se os trabalhos e lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária e que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Bruno Duque Horta Nogueira – Presidente; Fernanda Jorge Stallone Palmeiro – Secretária. Acionistas: Banco BTG Pactual S.A., neste ato representado por Fernanda Jorge Stallone Palmeiro e Felipe Andreu Silva; e João Marcello Dantas Leite. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata da original lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro/RJ, 03 de outubro de 2024. **Fernanda Jorge Stallone Palmeiro** - Secretária. JUCERJA nº 6490199 em 08/10/2024.

**3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 12.091.809/0001-55  
NIRE 33.3.0029459-7 | Código CVM nº 02529-1**EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
A SER REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2024**

Nos termos dos arts. 123 e 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e dos arts. 4º a 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução CVM 81/22"), o Conselho de Administração da **3R PETROLEUM ÓLEO E GÁS S.A.** ("Companhia"), vem, por meio deste edital, convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de outubro de 2024, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, em linha com o parágrafo único do artigo 121 da Lei nº 6.404/76 e com a Resolução CVM nº 81/22 e com o prazo de cadastramento até às 10:00 horas do dia 28 de outubro de 2024, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Aprovar o "**Protocolo e Justificação de Incorporação da Enauta Participações S.A. pela 3R Petroleum Oleo e Gas S.A.**" ("**Protocolo e Justificação Enauta**"), que contém os termos e condições da incorporação da Enauta Participações S.A. ("Enauta") pela Companhia ("**Incorporação Enauta**"); (ii) Ratificar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("**Empresa Avaliadora Enauta**"), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação a valor contábil dos ativos líquidos da Enauta, no âmbito da Incorporação Enauta ("**Laudo de Avaliação Enauta**"); (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação Enauta; (iv) Aprovar a Incorporação Enauta; (v) Aprovar o "**Protocolo e Justificação de Incorporação da 3R Operações Offshore Ltda. pela 3R Petroleum Oleo e Gas S.A.**" ("**Protocolo e Justificação 3R Operações Offshore**"), que contém os termos e condições da incorporação da 3R Operações Offshore Ltda. ("**3R Operações Offshore**") pela Companhia ("**Incorporação 3R Operações Offshore**"); (vi) Ratificar a nomeação da PP&C Auditores Independentes S/S ("**Empresa Avaliadora 3R Operações Offshore**"), como responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da 3R Operações Offshore, no âmbito da Incorporação 3R Operações Offshore ("**Laudo de Avaliação 3R Operações Offshore**"); (vii) Aprovar o Laudo de Avaliação 3R Operações Offshore; (viii) Aprovar a Incorporação 3R Operações Offshore; (ix) Ratificar o capital social da Companhia, em decorrência (a) do aumento de capital social aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de julho de 2024, e (b) da incorporação da Maha Energy Holding (Brasil) Ltda. ("**Maha Holding**") pela Companhia ("**Incorporação Maha Holding**") e da incorporação de ações da Enauta pela Companhia ("**Incorporação de Ações Enauta**"), conforme autorizado pela assembleia geral extraordinária da Companhia realizada no dia 26 de julho de 2024, e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 30 de julho de 2024; (x) Aprovar a alteração da denominação social da Companhia, de 3R Petroleum Óleo e Gás S.A. para Brava Energia S.A.; (xi) Caso aprovadas as deliberações constantes nos itens (ix) e (x) da ordem do dia, aprovar a consequente alteração dos artigos 1º, parágrafo, e 5º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (xii) Autorizar os administradores a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima, caso aprovadas e uma vez tomadas eficazes. Nos termos do art. 121, parágrafo único, da Lei das S.A. e da Resolução CVM 81/22, conforme alterada, a Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, via plataforma TEN Meetings ("**Plataforma da Assembleia**"). Dessa forma, a participação do acionista na Assembleia somente poderá se dar por meio do acesso via Plataforma da Assembleia para participação a distância, a qual, nos termos do art. 28, §1º, da Resolução CVM 81/22, assegurará: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Nos termos do art. 124, §2º-A da Lei das S.A. e do art. 6º, §1º e §3º da Resolução CVM 81/22, solicita-se que os acionistas ou seus representantes apresentem à Companhia, em até 2 (dois) dias de antecedência da realização da Assembleia, por meio da Plataforma da Assembleia, extrato da sua posição acionária, emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações da Companhia, conforme aplicável, e cópias dos seguintes documentos, que serão exigidos para a admissão à Assembleia: **Pessoas Físicas:** Cópia simples do documento de identificação com foto (RG, RNE, CNH ou ainda, carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas). **Pessoas Jurídicas:** Cópia da documentação societária comprovando poderes de representação, devidamente registrados na junta comercial ou registro civil de pessoas jurídicas competente, conforme o caso, bem como cópia simples do documento de identificação contendo foto do representante legal, que comparecerá à Assembleia. **Fundos de Investimentos:** Cópia do regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, registrado no órgão competente, além da documentação societária comprovando poderes de representação devidamente registradas na junta comercial competente, e cópia simples do documento de identificação com foto do representante legal do administrador ou gestor, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia. Os acionistas que forem representados por procurador deverão observar o disposto no art. 126, §1º, da Lei das S.A., sendo necessária a apresentação de cópia simples do instrumento de mandato e do documento de identificação com foto do procurador, que comparecerá à Assembleia. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A.. As pessoas jurídicas ou fundos de investimento acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com o contrato ou estatuto social próprio ou do administrador/gestor, conforme o caso, e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ 2014/3578, julgado em 04.11.2014). Em cumprimento ao disposto no art. 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/2002 ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, sendo aceita assinatura digital, por meio de certificado digital. Os acionistas que tiverem interesse em participar, pessoalmente ou através de representantes legais e/ou procuradores devidamente constituídos, da Assembleia ora convocada, deverão seguir os seguintes passos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias da realização da Assembleia, ou seja, até às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 28 de outubro de 2024, impreterivelmente, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada: **1.** Acessar o endereço eletrônico: <https://assembleia.ten.com.br/082411825>; **2.** Preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, incluindo instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, se for o caso; **3.** Em caso de pendências e ainda dentro do prazo, envio das solicitações de regularização do cadastro. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, com a validação da condição do acionista e a regularidade dos documentos, haverá a liberação para participação digital na data e horário da Assembleia, sendo autorizado apenas um único acesso simultâneo na Assembleia. As instruções e orientações para acesso à Plataforma da Assembleia serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efeturem o cadastro. Os acionistas deverão se comprometer a: (i) utilizar os convites individuais única e exclusivamente para o acompanhamento remoto da Assembleia, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, os convites individuais a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o convite intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração e o Manual para Participação e Regras e Procedimentos, encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia (<https://ri.bravaenergia.com/>), e foram enviados à CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) e à B3 (<http://www.b3.com.br/>). Rio de Janeiro, 09 de outubro de 2024. **Harley Lorentz Scardoelli** - Presidente do Conselho de Administração.



### descomplica

**Relatório da Administração 2023:** Aos senhores acionistas: É com grande satisfação que a Administração da Descomplica Tecnologia e Educação S.A. ("Companhia") dirige-se aos seus acionistas para, em atendimento às disposições legais estatutárias, submeter à Vossa apreciação as demonstrações financeiras referentes às operações da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas de suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS). Em 2023, a Descomplica manteve como atividade principal a produção de conteúdo digital para distribuição/comercialização através de seu portal eletrônico de educação voltado para o ensino a distância com foco, atualmente, nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio ("ENEM"), vestibulares, e cursos de graduação e pós-graduação. Todo o conteúdo dos cursos preparatórios para vestibulares e ENEM, bem como dos cursos de pós-graduação, é pré-gravado e

### DESCOMPLICA TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ 10.393.366/0001-21

disponibilizado aos alunos no ato da compra de seus planos. Embora a Companhia esteja em fase de desenvolvimento, sua marca já se popularizou significativamente, originando uma ampla audiência para sua plataforma de ensino a distância ([www.descomplica.com.br](http://www.descomplica.com.br)). As operações da Companhia têm apresentado prejuízo recorrente devido às necessidades de avançamento operacional ligadas ao desenvolvimento típico do negócio, bem como consolidação da sua marca. Os recursos necessários para a manutenção das operações têm sido historicamente captados junto a investidores locais e internacionais. A última rodada de captação de investimentos foi concluída em dezembro de 2022. Em função da elevação da inflação em praticamente todo o mundo, desde o final de 2021 o mundo enfrenta um cenário de aumento de juros global e consequente redução da liquidez. Isso tem resultado em forte retração dos investimentos de fundos de Venture Capital que, historicamente, sempre foram as principais fontes de financiamento da Companhia. Dessa forma, com intuito de ficar menos sujeita às oscilações de liquidez nos mercados internacionais e dependente de fontes externas de capital, a Companhia realizou ajustes em sua estrutura organizacional

e de custos. Essas iniciativas apresentaram resultados bastante satisfatórios, que ficam claros com a significativa redução do consumo de caixa operacional em 2023 quando comparado a 2022. No exercício, a Companhia apresentou uma receita líquida consolidada de R\$ 128.831 e um prejuízo líquido consolidado de R\$ 51.532 e que foi significativamente inferior à perda de R\$ 117.529 de 2022. **Relacionamento com os auditores independentes:** Informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os atuais auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Não obstante, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. não prestou outros serviços adicionais além destes de auditoria das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras e Consolidadas para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Balancos patrimoniais</b>					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.815	12.634	4.728	16.581
Contas a receber	6	15.741	34.674	21.928	41.478
Impostos a recuperar	7	3.242	5.015	3.959	5.458
Outros créditos	8	2.427	1.456	2.706	1.771
Partes relacionadas	13	16.819	-	-	-
Total do ativo circulante		41.044	53.779	33.321	65.288
Não circulante					
Contas a receber	6	-	-	2.307	1.953
Outros créditos	8	399	429	399	429
Investimentos	9	16.553	36.446	-	-
Imobilizado	10	3.782	5.430	11.670	14.973
Intangível	11	22.031	21.263	39.661	39.598
Direito de uso	12	1.379	3.459	11.736	14.250
Total do ativo não circulante		44.144	67.027	65.773	71.203
Total do ativo		85.188	120.806	99.094	136.491
<b>Balancos patrimoniais</b>					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	6.322	7.058	7.186	8.265
Empréstimos e financiamentos	17	246	-	246	-
Receitas diferidas	19	24.608	34.907	24.608	34.907
Obrigações tributárias	15	4.380	5.103	4.632	5.830
Obrigações trabalhistas	16	6.585	10.702	7.255	11.592
Arrendamentos	12	364	1.281	998	1.837
Outras contas a pagar	1	1.099	1.735	1.256	1.897
Contas a pagar por aquisições	18	2.213	8.800	2.213	8.800
Total do passivo circulante		45.817	69.586	48.394	73.128
Não circulante					
Obrigações tributárias	15	7.250	9.168	7.250	9.168
Arrendamentos	12	1.487	2.525	12.245	13.460
Empréstimos e financiamentos	17	755	-	755	-
Contas a pagar por aquisições	18	2.224	4.121	2.224	4.121
Impostos diferidos	21	-	-	571	1.200
Provisões para contingências	20	25	13	25	13
Total do passivo não circulante		11.741	15.827	23.070	27.970
Patrimônio líquido	22	-	-	-	-
Capital social		405.616	362.966	405.616	362.966
Reserva de capital		6.965	5.846	6.965	5.846
Prejuízo acumulado		(384.951)	(333.419)	(384.951)	(333.419)
Total do patrimônio líquido		27.630	35.393	27.630	35.393
Total do passivo e do patrimônio líquido		85.188	120.806	99.094	136.491

**Valor justo por meio do resultado:** São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB). **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; e • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **3.3. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços que podem ser pagos em parcelas únicas ou em mensalidades, bem como dos financiamentos contratados pelos estudantes de cursos. Nestes casos, a Companhia recebe os valores diretamente das instituições contratadas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de créditos esperadas foi constituída por montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **3.4. Imobilizado:** Itens do imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. Todos os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil econômica estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Categoria de ativos	Vida útil
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5 anos
Computadores e periféricos	4 anos
Equipamentos audiovisuais	5 anos
Equipamentos eletrônicos	5 anos
Móveis e equipamentos	5 anos
Máquinas e utensílios	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **3.5. Intangível:** Os ativos intangíveis do Grupo correspondem ao (i) valor de sua biblioteca de vídeo aulas pré-gravadas registradas contabilmente com base em seu custo de produção; (ii) softwares corporativos, registrados contabilmente com base em seus custos de implementação; (iii) plataformas de estudo e exercícios voltadas para alunos, cujo valor foi mensurado com base no custo de desenvolvimento; (iv) ativos identificados quando da aquisição da AUA Educacional. Os ativos intangíveis da Companhia são amortizados ao longo da sua vida útil a partir do momento em que estão disponíveis para uso pretendido pela administração. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas no exercício que ocorreu a referida mudança sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

**Categoria de ativos**

Vídeos pré-gravados	4 anos
IT digital Corporate	4 anos
Softwares corporativos	3 a 5 anos
Marcas	2 anos

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (direito de manutenção, licenças e goodwill na aquisição de investimentos) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável e, caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **3.6. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conexas e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados disponíveis, entre outros indicadores. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Quando existente, a perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ativo esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ativo alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **3.7. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa, na data de início, as taxas de juros obtidas no mercado para financiamento de imóveis com características similares aos arrendamentos uma vez que a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	23	77.080	94.129	128.831	132.372
Custo dos serviços prestados	24	(20.284)	(22.691)	(25.207)	(24.897)
Lucro bruto		56.796	71.438	103.624	107.475
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	24	(59.884)	(133.988)	(115.482)	(148.019)
Despesas com vendas	24	(29.186)	(63.506)	(38.998)	(75.361)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(18.655)	7.192	-	-
Resultado operacional		(60.929)	(118.864)	(50.856)	(115.905)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	2.099	4.177	3.316	4.593
Despesas financeiras	25	(3.339)	(3.651)	(4.619)	(4.788)
		(1.240)	526	(1.303)	(195)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(62.169)	(118.338)	(52.159)	(116.100)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(10)	(2.238)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	637	809	637	809
Prejuízo do exercício		(51.532)	(117.529)	(51.532)	(117.529)
Quantidade de ações (unidades)		372.118.000	355.254.000	372.118.000	355.254.000
Prejuízos básico e diluído por ação - R\$		(0,1385)	(0,3308)	(0,1385)	(0,3308)

Demonstrações dos resultados abrangentes	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(51.532)	(117.529)	(51.532)	(117.529)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(51.532)	(117.529)	(51.532)	(117.529)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(52.169)	(118.338)	(52.159)	(116.100)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	18.655	(7.189)	-	-
Depreciação e amortização	13.261	12.298	15.136	13.991
Baixas de ativos imobilizado/intangível	619	70	619	129
Juros sobre arrendamentos	307	329	1.282	1.260
Juros sobre parcelamentos	1.797	881	1.797	881
Atualização monetária	851	1.437	851	1.437
Provisões para contingências	12	-	12	-
Opções de compras de ações	1.119	1.800	1.119	1.800
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7)	346	461	31
Reversão de contraprestação contingente (earn-out)	-	(1.392)	-	(1.392)
Variações dos ativos e passivos				
Contas a receber	18.940	942	18.735	(3.875)
Impostos a recuperar	1.773	4.849	1.499	4.442
Outros créditos	(941)	520	(905)	829
Fornecedores	(736)	(8.210)	(1.079)	(7.066)
Receitas diferidas	(10.299)	469	(10.299)	469
Obrigações tributárias	759	928	274	1.220
Obrigações trabalhistas	(4.117)	1.197	(4.337)	1.423
Partes relacionadas	(16.819)	-	-	-
Outras contas a pagar	(636)	1.567	(641)	983
Juros pagos sobre arrendamentos	(27.631)	(107.496)	(27.635)	(99.538)
Juros pagos sobre parcelamentos	(307)	(329)	(1.282)	(1.260)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.797)	(881)	(1.797)	(881)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(29.735)	(108.706)	(30.714)	(103.587)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamento das contas a pagar por aquisição	(9.335)	(6.350)	(9.335)	(6.350)
Aquisições de imobilizado	(672)	(1.118)	(1.155)	(2.354)
Aquisições de intangível	(9.790)	(14.367)	(9.790)	(14.367)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(19.797)	(21.835)	(20.280)	(23.071)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
Integralização de capital	42.650	101.819	42.650	101.819
Captação de recursos - empréstimo	1.001	-	1.001	-
Pagamentos de arrendamentos	(538)	(998)	(1.101)	(1.411)
Pagamento de parcelamentos	(3.400)	(769)	(3.400)	(769)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	39.713	100.052	39.141	99.639
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(9.819)	(30.489)	(11.853)	(27.019)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.634	43.123	16.581	43.600
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.815	12.634	4.728	16.581

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **3.8. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima ou o valor inicialmente reconhecido. **3.9. Reconhecimento das receitas:** As receitas representam os valores dos serviços prestados pela Companhia e são apresentadas líquidas de tributos. As receitas são reconhecidas somente após a disponibilização do conteúdo digital para seus clientes, de acordo com o regime de competência. Os valores de serviços que são recebidos antecipadamente à sua prestação são registrados no passivo circulante, no grupo "receitas diferidas", e os respectivos tributos são calculados, pagos e classificados no grupo de "impostos a recuperar" registrados no ativo circulante. A medida que o conteúdo digital é disponibilizado ao cliente ou quando decorre o prazo de sua utilização, o saldo correspondente é transferido do grupo da rubrica receitas diferidas no passivo circulante para a rubrica receita de prestação de serviços, no resultado do exercício, depois de deduzidos os tributos incidentes sobre esta receita. **3.10. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos são mensurados pelo valor previsto para ser recuperado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor no encerramento dos exercícios. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e anterior são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. Como base na legislação fiscal relativa à tributação da contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") a Companhia realiza a tributação dos serviços educacionais prestados exclusivamente por meio de sua plataforma on-line, como vestibulares, ENEM e concursos públicos com base no regime cumulativo e os cursos regulamentados pelo MEC, tais como graduação e pós-graduação, com base no regime não cumulativo. Essas receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo (receitas regulamentadas)	Alíquotas
---	-----------

\* continuação

### Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Descomplica Tecnologia e Educação S.A.

**3.11. Plano de opção de compra de ações:** A controladora indireta Descomplica, Ltd. ("Descomplica, Ltd.") outorgou aos administradores, empregados e consultores externos da Companhia, eleitos como participantes do programa, opções de compra de suas ações, as quais somente poderão ser exercidas após prazos específicos de carência. Esse custo é reconhecido em despesas como plano de opção de compra de ações (vide Nota 22) em conjunto com o correspondente aumento do patrimônio líquido (reservas de capital) ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de ações que, em última instância, serão adquiridas. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele exercício. **3.12. Demonstração do fluxo de caixa:** A informação sobre fluxo de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar estes fluxos de caixa. O CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente à norma internacional IAS 7 - Statement of Cash Flows) define os requisitos para a apresentação da demonstração do fluxo de caixa e respectivas divulgações (CPC 26 (R1)). O CPC 03 (R2).20 permite que as entidades divulguem fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais utilizando o método direto ou o método indireto. O Grupo apresenta o fluxo de caixa utilizando o método indireto, método que tem sido mais utilizado pelas empresas brasileiras. O Grupo concluiu o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa líquido oriundo de atividades operacionais. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revistas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **CPC 23: Definição de estimativas contábeis;** as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo. **CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis;** as alterações são para ajudar as entidades a divulgar políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo, visto que o Grupo já apresentava as políticas contábeis materiais para os negócios do Grupo. **Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois):** Alterações no CPC 32: as alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurídica das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento):** as alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. O Grupo não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras. **CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **Acordos de financiamento de fornecedores:** Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. O Grupo está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. a) **Transações envolvendo pagamentos baseados em ações:** A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, o Grupo utiliza um modelo binomial Black & Scholes para a valorização das opções previstas no programa. b) **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável são detalhadas na Nota 11. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as aplicações financeiras constituem, substancialmente, aplicações de renda fixa com liquidez imediata, remuneradas em 99% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	2	1
Conta corrente bancária	161	1.178	609	1.785
Aplicações financeiras	2.654	11.456	4.117	14.795
	2.815	12.634	4.728	16.581
<b>6. Contas a receber:</b>				
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Serviços prestados (i)	16.080	35.020	22.477	42.296
Financiamentos estudantis (ii)	-	-	3.956	2.887
Acordos e renegociações (iii)	-	-	1.027	1.012
Provisão para perdas de crédito esperadas	(339)	(346)	(3.225)	(2.764)
Total	15.741	34.674	24.235	43.431
Circulante	15.741	34.674	21.928	41.478
Não circulante	-	-	2.307	1.953

(i) Referem-se aos serviços de ensino que podem ser pagos em parcelas únicas ou em mensalidade, os quais são substancialmente relativos a débitos com operadores de cartões de crédito. (ii) Referem-se aos financiamentos contratados pelos estudantes. Nesses casos, o Grupo recebe os valores diretamente das instituições contratadas. (iii) Referem-se aos acordos e renegociações realizados para que os clientes liquidem seus saldos em aberto junto ao Grupo. Os saldos a receber estão assim distribuídos de acordo com seus vencimentos:

Títulos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	15.392	34.221	21.805	37.233
Vencidos até 30 dias	88	79	507	1.065
Vencidos de 31 a 60 dias	30	141	320	906
Vencidos de 61 a 90 dias	60	20	264	459
Vencidos de 91 a 180 dias	6	117	351	1.281
Vencidos de 181 a 365 dias	175	96	515	1.779
Vencidos acima de 365 dias	339	346	3.698	3.472
Total	16.080	35.020	27.460	46.195

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Em 1º de janeiro de 2022	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(346)	-	(377)	-
Em 31 de dezembro de 2022	(346)	-	(2.764)	-
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(517)	-
Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	7	56	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(339)	(346)	(3.225)	(2.764)

**7. Impostos a recuperar:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS antecipados	1.944	2.295	2.312	2.800
ISS antecipado	513	1.745	513	1.745
IRPJ saldo negativo	-	13	60	13
CSLL saldo negativo	-	-	16	-
IRRF sobre aplicações financeiras	559	805	773	835
Outros impostos a recuperar	226	157	285	65
Total	3.242	5.015	3.959	5.458

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulados não reconhecidos, no montante de R\$ 373.366 (R\$ 296.004 em 2022), tendo em vista as incertezas na sua realização.

**8. Outros créditos:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamentos a fornecedores (i)	1.644	1.118	1.659	1.131
Adiantamentos a funcionários (i)	285	382	480	614
Caução em locação	345	345	345	345
Venda de licença	500	-	500	-
Outros	52	40	121	110
Total	2.826	1.885	3.105	2.200
Circulante	2.427	1.456	2.706	1.779
Não circulante	399	429	399	429

(i) Referem-se a adiantamentos a prestadores de serviços de benefícios como vale-refeição/alimentação e ajudas de custo aos funcionários para realização do trabalho remoto/híbrido. **9. Investimentos:** **9.1. Composição dos saldos:**

Descrição	Participação		31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
AUIA Educacional Ltda.	100%	100%	9.549	28.199		
Agio na aquisição AUIA	-	-	7.004	8.247		
	-	-	16.553	36.446		

Abaixo demonstramos o ágio (goodwill) e mais-valia de ativos gerados quando da aquisição da AUIA:

Investidas	31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ágio de rentabilidade futura (goodwill)	5.903	-	5.903	-
Mais-valia de ativos	-	-	-	-
Mobilizado (*)	696	1.888	692	972
Marca (*)	-	-	692	972
Licenças	972	972	-	-
Impostos diferidos (*)	(567)	(1.208)	-	-
	7.004	8.247	7.004	8.247

(\*) Líquido de amortização acumulada. **9.2. Movimentação dos saldos:** A seguir, demonstramos a movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Em 31 de dezembro de 2021	31/12/2022		31/12/2022	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
Equivalência patrimonial	30.828	7.192	30.828	7.192
Amortização da mais-valia	(1.574)	43	(1.574)	43
Em 31 de dezembro de 2022	36.446	-	36.446	-
Equivalência patrimonial	(18.655)	-	(18.655)	-
Amortização da mais-valia	(1.238)	-	(1.238)	-
Em 31 de dezembro de 2023	16.553	-	16.553	-

**9.3. Informações da controlada direta:** Apresentamos abaixo as principais informações sobre a controlada AUIA, a qual possui exercício social também encerrado:

Descrição	Participação		Ativo Passivo		Patrimônio líquido Resultado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AUIA Educacional Ltda.	100%	100%	39.702	30.158	9.544	(18.655)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>						
<b>Descrição</b>	<b>Participação</b>	<b>Ativo Passivo</b>	<b>líquido Resultado</b>			
AUIA Educacional Ltda.	100%	42.675	14.476	28.199	7.192	-

**10. Imobilizado:** a) Composição dos saldos:

Descrição	Custo		Depreciação		31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios em imóveis de terceiros	1.447	(576)	871	846	-	-	-	-
Computadores e periféricos	8.261	(5.577)	2.684	4.161	-	-	-	-
Equipamentos audiovisuais	622	(579)	43	66	-	-	-	-
Equipamentos eletrônicos	333	(154)	179	311	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	82	(82)	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	23	(18)	5	43	-	-	-	-
Total	10.768	(6.986)	3.782	5.430	-	-	-	-

**Descrição**

Custo	Depreciação		31/12/2023		31/12/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		
Benefícios em imóveis de terceiros	12.403	(5.433)	6.970	7.657		
Computadores e periféricos	9.212	(6.173)	3.039	4.624		
Equipamentos audiovisuais	622	(578)	44	66		
Equipamentos eletrônicos	333	(154)	179	311		
Máquinas e equipamentos	2.891	(2.256)	635	943		
Móveis e utensílios	2.608	(1.806)	802	1.372		
Total	28.069	(16.400)	11.670	14.973		

b) Movimentação dos saldos:

Descrição	31/12/2022		Adições		Depreciações		Baixas		31/12/2023	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2023
Benefícios em imóveis de terceiros	846	443	(305)	(113)	871	-	-	-	871	-
Computadores e periféricos	4.161	-	(1.477)	-	2.684	-	-	-	2.684	-
Equipamentos audiovisuais	66	11	(34)	-	43	-	-	-	43	-
Equipamentos eletrônicos	311	-	(96)	(36)	179	-	-	-	179	-
Máquinas e equipamentos	3	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	43	218	(28)	(228)	5	-	-	-	5	-
Total	5.430	672	(1.943)	(377)	3.782	-	-	-	3.782	-

**Descrição**

Custo	Adições		Depreciações		31/12/2022		31/12/2022	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022		
Benefícios em imóveis de terceiros	715	449	(318)	846	-	-	-	-
Computadores e periféricos	5.363	369	(1.571)	4.161	-	-	-	-
Equipamentos audiovisuais	116	13	(63)	66	-	-	-	-
Equipamentos eletrônicos	149	278	(116)	311	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	20	-	(17)	3	-	-	-	-
Móveis e utensílios	141	9	(107)	43	-	-	-	-
Total	6.504	1.118	(2.192)	5.430	-	-	-	-

**Descrição**

Custo	Adições		Depreciações		31/12/2022		31/12/2022	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022		
Benefícios em imóveis de terceiros	7.657	624	(1.198)	(113)	6.970	-	-	-
Computadores e periféricos	4.624	104	(1.689)	-	3.039	-	-	-
Equipamentos audiovisuais	66	12	(34)	-	44	-	-	-
Equipamentos eletrônicos	311	-	(96)	(36)	179	-	-	-
Máquinas e equipamentos	943	175	(483)	-	635	-	-	-
Móveis e utensílios	1.372	240	(581)	(228)	802	-	-	-
Total	14.973	1.155	(4.081)	(377)	11.670	-	-	-

**Descrição**

Custo	Depreciações	
-------	--------------	--





## Aleris Comércio e Exportação de Produtos para Nutrição S.A.

CNPJ nº 15.304.118/0001-80

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)														
Balancos Patrimoniais	2023		2022		Balancos Patrimoniais Circulante	2023		2022		Demonstrações dos Resultados	2023		2022	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>Ativo Circulante</b>	<b>34.179</b>	<b>25.385</b>	<b>34.220</b>	<b>25.467</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido Circulante</b>	<b>27.544</b>	<b>20.483</b>	<b>27.525</b>	<b>20.499</b>	<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>76.900</b>	<b>53.414</b>	<b>76.900</b>	<b>53.414</b>
Caixa e equivalentes de caixa	806	1.099	837	1.181	Fornecedores	14.308	6.869	14.271	6.869	Custo dos produtos vendidos	(50.560)	(35.350)	(50.560)	(35.350)
Contas a receber	14.772	11.793	14.772	11.793	Empréstimos e financiamentos	12.222	11.112	12.222	11.112	<b>Lucro bruto</b>	<b>26.340</b>	<b>18.064</b>	<b>26.340</b>	<b>18.064</b>
Estoque	14.395	9.992	14.395	9.992	Impostos a recolher	223	190	230	191	Despesas com vendas	(6.578)	(6.573)	(6.578)	(6.573)
Impostos a recuperar	3.176	1.696	3.783	1.696	Obrigações trabalhistas	979	181	590	181	Despesa geral e administrativas	(14.806)	(12.455)	(14.806)	(12.473)
Adiantamentos	345	437	348	437	Adiantamento de clientes	174	1.943	174	1.943	Equivalência patrimonial	49	(11)	61	-
Outros créditos	85	368	85	368	Outras contas a pagar	38	188	38	203	Outras receitas (despesas) operacionais	283	36	282	36
<b>Não circulante</b>	<b>2.962</b>	<b>2.959</b>	<b>2.926</b>	<b>2.919</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.597</b>	<b>7.861</b>	<b>9.621</b>	<b>7.887</b>	<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>(21.052)</b>	<b>(19.003)</b>	<b>(21.058)</b>	<b>(19.010)</b>
Contas a receber	12	13	12	13	Capital social	1.792	1.792	1.792	1.792	<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>5.288</b>	<b>(939)</b>	<b>5.282</b>	<b>(946)</b>
Depósito caução	54	54	54	54	Reserva de capital	2.975	2.975	2.975	2.975	Resultado financeiro, líquido	(2.368)	(1.110)	(2.371)	(1.111)
Partes relacionadas	200	320	200	320	Reserva legal	463	153	263	153	<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>2.920</b>	<b>(2.049)</b>	<b>2.911</b>	<b>(2.057)</b>
Investimento	432	40	396	-	Reserva lucros	4.567	2.941	4.567	2.941	IR e CS	(712)	(119)	(712)	(119)
Imobilizado	2.239	2.474	2.239	2.474	Participação dos acionistas não controladores	9.597	7.861	9.597	7.861	Atribuível ao controlador	2.208	(2.168)	2.199	(2.174)
Intangível	25	58	25	58	<b>Total de passivo e patrimônio líquido</b>	<b>37.141</b>	<b>28.344</b>	<b>37.146</b>	<b>28.356</b>	Atribuível ao não controlador	-	-	(9)	(8)
<b>Total do ativo</b>	<b>37.141</b>	<b>28.344</b>	<b>37.146</b>	<b>28.356</b>										

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**  
A Aleris Comércio e Exportação de Produtos para Nutrição S.A. ("Aleris" ou "Companhia"), estabelecida na cidade de Jundiá, no estado de São Paulo, no endereço Rua Antônio Christ, 503 - Loteamento Parque Industrial, com CEP 13.213-183, dedica-se à atividade de comércio, importação e exportação e serviços, atuando na produção de alimentos saudáveis e seguros, de forma transformadora. A Aleris mantém um compromisso sólido e responsável ao oferecer produtos de alta qualidade certificados pelo GMPC e FSS 22000. Desenvolvemos produtos inovadores, como a tecnologia MAC (Compostos Alivadores de Microbiota), exclusiva da Aleris, focada em promover um equilíbrio saudável da microbiota em todas as etapas da produção. Esses compostos têm contribuído significativamente para o reconhecimento da qualidade e eficácia de nossas soluções no mercado em que atuamos. Ao longo de nossos doze anos de história, temos investido de forma transparente e substancial em pesquisas científicas, elevando continuamente os benefícios e o valor dessa importante matéria-prima natural e sustentável para as cadeias produtivas de proteína animal. **1. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - RI - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). **1.1. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - RI), abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, conforme quadro a seguir:

desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais; ii) Testes e análises técnicas, exclusivamente por meio de software de inteligência artificial, que identifiquem o efeito de ingredientes na microbiota e microbioma animal, bem como sua correlação com a performance e/ou características fenotípicas, como biossegurança e/ou bem-estar dos animais; e iii) Outras atividades científicas e técnicas não especificadas anteriormente. Devido à participação da Companhia na empresa, é importante observar que os resultados financeiros e operacionais da Sapiens podem ter impactos significativos nos resultados consolidados da Companhia. **1.1.1 Principais procedimentos de consolidação:** Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas nas Notas Explicativas. O processo de consolidação contempla os seguintes procedimentos: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos com a companhia consolidada. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da Companhia controlada. (c) Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as companhias. **1.2 Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera; as principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local (real). **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as descritas abaixo: (a) **Auração do resultado:** O resultado é apurado pelo princípio da competência dos exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para o contratante. (b) **Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos de curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão

apresentadas no ativo não circulante. (c) **Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. (d) **Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Estimativas para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. (e) **Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. (f) **Obrigações trabalhistas e encargos sociais:** Obrigações com pessoas e os encargos trabalhistas são valores devidos por conta de serviços prestados por pessoal interno, inclusive diretores e/ou administradores, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. (g) **Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, ou seja, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido utilizando o método da taxa de juros efetiva. (h) **Impostos de renda e contribuição social - corrente:** O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia e sua controlada optaram pelo regime de lucro real.

Sapiens Inteligência Artificial em Microbioma Ltda. 60% 60%  
A Sapiens Inteligência Artificial em Microbioma Ltda. foi constituída em 2022 e tem como objeto social a exploração das seguintes atividades: i) Pesquisa e

2023 2022  
60% 60%

A Diretoria

Contador: Rafael Gonçalves Silva - CRC 15P 259808/0-0

JUNTO SEGUROS S.A.		JUNTO SEGUROS S.A.	
CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33 - NIRE 41.300.009.350		CNPJ/MF nº 84.948.157/0001-33 - NIRE 41.300.009.350	
Edital de Convocação			
A Junto Seguros S.A. convoca os representantes legais dos Tomadores que emitiram apólice de Seguro Garantia, especificamente para relação de Razão Social e número de CNPJ a seguir, para entrar em contato por meio do SAC: 0800 704 0301 ou enviar e-mail para <a href="mailto:contasataceber@juntoseguros.com">contasataceber@juntoseguros.com</a> .			
CNPJ	Empresa	CNPJ	Empresa
05.214.001/0001-52	SAT - SERVIÇOS DE APOIO TERCEIRIZADO LTDA. - ME	22.990.537/0001-89	GAP CONSTRUTORA EIRELI - EPP
07.600.296/0001-20	CONSTRUTORA MARTINS ROMULO LTDA. EPP	02.934.071/0001-97	GLOBENET CABOS SUBMARINOS S.A. (BAIXADA)
61.526.836/0001-19	ACUMENT BRASIL SISTEMAS DE FIXACAO S.A.	24.989.784/0001-90	GOOD EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA.
61.784.278/0001-91	(CNPJ BAIXADO NA RECEITA) COMPANHIA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL	38.080.134/0001-32	GUMA CONSTRUTORA LTDA.
72.820.822/0001-20	(CNPJ baixado na receita) SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA.	59.355.438/0001-35	HELIFAB BOMBAS E ACESSORIOS LTDA.
14.469.196/0001-72	AB CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA.	27.152.014/0001-87	HEPAV CONSTRUCOES EIRELI ME
22.134.278/0001-94	ADAX CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA.	14.608.661/0001-09	HUN CONSTRUCOES EIRELI
09.195.623/0001-31	ADS CONSTRUTORA LTDA. ME	36.129.511/0001-55	HORUS ENGENHARIA LTDA.
11.022.326/0001-36	AGAPE CONSTRUCOES E INCORPORACAO LTDA. - EPP	07.488.114/0001-71	IAZ BARBOSA CONSTRUTORA LTDA.
10.491.489/0001-03	AGROINDUSTRIAL SAO JOSE LTDA. "BAIXADA"	11.412.365/0001-40	IMOTA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ENGENHARIA LTDA.
10.491.489/0001-03	AGROINDUSTRIAL SAO JOSE LTDA.	09.136.616/0001-69	INSERCON SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.-ME
07.560.623/0001-68	AGUIAR E CARVALHO LTDA. EPP	17.342.947/0001-83	INSTITUTO BRASIL DE TECNOLOGIA E INOVACAO
19.544.676/0001-74	ALEGRA SERVICOS DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS LTDA. (BAIXADA)	10.981.660/0001-54	INSTITUTO DE ENDOCRINOLOGIA E MEDICINA NUCLEAR DO RECIFE LTDA.
24.977.627/0001-65	ALFA CONSTRUCAO CIVIL E SERVIÇOS TOPOGRAFICOS EIRELI ME	27.819.377/0001-23	INTERLIGACAO ELETRICA ITAPURA S.A.
00.425.565/0001-10	ALLWARE SISTEMAS DE AUTOMACAO LTDA.	42.123.091/0001-00	INTERPRINT LTDA "BAIXADO"
42.778.523/0001-03	ALVES E FREITAS ENGENHARIA LTDA.	26.287.551/0001-71	J P CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI
39.472.441/0001-21	ANTONIO AFRANIO DE L RAMOS JUNIOR & CIA. LTDA.	04.109.847/0001-60	JBS EMBALAGENS METALICAS LTDA.
21.148.855/0001-34	APICE CONSTRUTORA LTDA.	17.723.367/0001-36	JONAY CONSTRUCOES EIRELI ME
02.038.465/0001-67	ARMAZEM DIGITAL COMUNICACAO E INFORMACAO LTDA.	46.447.352/0001-90	JULIANA CORREA PAZ
27.323.890/0001-29	ARTEM ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	32.563.737/0001-09	L A S COMERCIO SERVICOS E LOCACOES LTDA.
39.543.717/0001-15	ASSOCIACAO REDE METROPOLITANA DE SALVADOR - ASSOCIACAO REMESSA	52.618.139/0001-05	LEGRAND BRASIL LTDA.
32.812.497/0001-39	B V CONSTRUCOES SERVICOS E INCORPORACOES LTDA.	40.112.067/0001-32	LETTIERE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA.
49.925.225/0001-48	BANCO ITAULEASING S/A (BAIXADA)	10.398.945/0001-67	LIDERCAN CONSTRUCOES E INSTALACOES ELETRICA LTDA.
59.105.551/0001-62	BAROID PIGMINA INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA.	42.882.374/0001-28	LIMPOCOS JOSE MARIA LTDA.
87.237.830/0001-15	BCM ENGENHARIA LTDA.	60.886.413/0001-47	LUIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. "BAIXADA"
07.898.339/0001-04	BF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.	08.795.751/0001-53	LOCONTRUS - LOCACOES E SERVICOS LTDA. - ME
08.427.422/0001-50	BIOGENETIX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.	28.870.142/0001-29	LOPES E LOPES CONSTRUTORA E EMPREITEIRA LTDA.
26.745.816/0001-38	BLUE SKY SINALIZACAO VIARIA LTDA.	10.609.085/0001-63	LVT CONSTRUTORA EIRELI ME
34.480.942/0001-36	BRKNI S.A.	34.126.681/0001-50	M H CONSTRUTORA LTDA. EPP
19.446.796/0001-39	BS CONSTRUCOES LTDA.	05.908.280/0001-54	MAMORE MINERACAO E METALURGIA LTDA.
11.893.972/0001-79	CAL CONSTRUCOES E EDIFICACOES LTDA.	02.918.583/0001-60	MANDALITI ADVOGADOS
23.827.506/0001-74	CATOS CONSTRUTORA LTDA.	26.166.783/0001-71	MARCO ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA LTDA.
32.478.166/0001-04	CENTRO EDUCACIONAL LEONARDO DA VINCI S/S LTDA.	07.443.264/0001-69	MB ENGENHARIA LTDA. - ME
20.150.507/0001-39	CERMIL CONSTRUCAO E MINERACAO LTDA.	07.174.641/0001-01	MEGANORTE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - EPP
33.719.311/0001-64	CERVEJARIAS REUNIDAS SKOL CARACU S.A.	15.195.115/0001-56	MENEZES E FIGUEIREDO LTDA.
25.014.990/0001-48	CHAME O TECNICO MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA.	17.521.519/0001-18	MILPLAN - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA. (CNPJ BAIXADO)
41.340.219/0001-17	CICELIO FELIX DA SILVA	36.323.561/0001-79	MM5 CONSTRUCAO E LOCACAO DE MAQUINAS EIRELI
11.312.247/0001-60	CIDIMAR DA ROSA	11.334.931/0001-42	MR & JR LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. - ME
61.015.582/0001-74	COMPANHIA LESTE PAULISTA DE ENERGIA (CNPJ baixado na Receita Federal)	35.057.043/0001-98	MULTI LINK ENGENHARIA EIRELI ME
52.503.802/0001-18	COMPANHIA LUZ E FORCA DE MOCOCA	35.008.967/0001-78	MULTIPLA CONSTRUCOES LTDA. EPP
17.411.277/0001-00	COMPLETA SERVICOS E CONSTRUCOES LTDA.	10.700.757/0001-41	MW AMAZONIA SERVICOS LTDA.
13.966.712/0001-01	CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI ALPHAVILLE	35.033.053/0001-93	N F CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA.
32.146.336/0001-53	CONNECT EMPREENDIMENTOS EIRELI	71.832.869/0001-40	N V A REPRESENTACOES E PARTICIPACOES LTDA.
07.241.262/0001-97	CONSFAB ENGENHARIA E TERRAPLENAGEM LTDA.	22.381.827/0001-25	NB2 EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA. - EPP
47.258.600/0001-18	CONSORCIO EMKO NOVO MUNDO CONSTRUCOES	11.799.788/0001-64	NESTLE SUDESTE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA.
35.231.648/0001-53	CONSORCIO ENGESOFTWARE	62.688.528/0001-52	OUJOPAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA.
34.987.674/0001-43	CONSORCIO J.A. - PLAYPISO	15.486.066/0001-00	OPENAL COMUNICACAO VISUAL LTDA. ME
27.007.620/0001-09	CONSORCIO NATIVA GAUCHE	03.719.535/0001-05	P & P - SANTOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA. - EPP
23.613.480/0001-61	CONSORCIO SOBRENCO SENPAR	08.648.020/0001-85	P P F CONSTRUCAO CIVIL - EIRELI
26.131.026/0001-62	CONSTRUCAO E URBANIZACAO OLIVEIRA LTDA.	14.200.239/0001-10	PAULA DA SILVA FILMES
25.264.061/0001-97	CONSTRUCOES E SERVICOS F E A LTDA.	09.383.469/0001-21	PAULO BORSATTI & CIA LTDA. - ME
30.249.860/0001-24	CONSTRUNORTE EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP	83.927.566/0001-90	PHOENIX CONSTRUCOES LTDA. - EPP
20.048.887/0001-03	CONSTRUTORA A. M. BORGES EIRELI EPP	15.122.120/0001-39	PREDIAL HIGIENIZACAO LIMPEZA E SERVIÇOS LTDA.
38.199.041/0001-21	CONSTRUTORA ALBA - EIRELI	81.708.497/0001-07	PREMIER IT GLOBAL SERVICES LTDA.
00.375.792/0001-89	CONSTRUTORA ALVES MACHADO LTDA.	61.590.816/0001-07	PRUDENT ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA. (BAIXADA)
70.102.546/0001-39	CONSTRUTORA CBR LTDA.	33.381.057/0001-37	PRONOVA CONSTRUTORA LTDA.
04.375.531/0001-10	CONSTRUTORA HAMAD EIRELI - EPP	12.264.296/0001-37	PROSELLI EMPREENDIMENTOS EIRELI EPP
11.025.353/0001-62	CONSTRUTORA IRMAOS PELLISSARI LTDA. ME	47.136.787/0001-87	PRUDENTE CONSTRUTORA INCORPORADORA LTDA.
16.778.878/0001-92	CONSTRUTORA J & R LTDA. - ME	21.764.136/0001-48	R A C CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI ME
04.951.948/0001-83	CONSTRUTORA NOVA DIMENSAO LTDA. - EPP	18.147.234/0001-21	D&J CONSTRUTORA LTDA.
32.131.405/0001-55	CONSTRUTORA POTENCIAL SERVICE EIRELI ME	02.887.746/0001-94	R18 OBRAS SERVICOS LTDA.
11.962.967/0001-70	CONSTRUTORA SANTA BEATRIZ LTDA. EPP	14.148.842/0001-08	RAFAEL WICUIJ EIRELI
03.606.008/0001-94	CONSTRUTORA VALE DO CAI LTDA.	35.418.596/0001-29	RC DOS SANTOS CONSTRUCAO CIVIL EIRELI
19.904.057/0001-43	CONSTRUTORA W MATOS DA SILVA LTDA. ME	40.632.232/0001-87	RENATO OLIVEIRA BRANDAO EIRELI ME
22.004.978/0001-64	CONTROTEST SONDAGEM E LOCACAO LTDA. - EPP	33.073.477/0001-56	RG VEICULOS E SOLUCOES LTDA.
21.758.553/0001-88	COSTA SOUZA CONSTRUCAO CIVIL EM GERAL LTDA.	02.016.439/0001-38	RIO GRANDE ENERGIA S/A
07.929.204/0001-50	CRB ENGENHARIA EIRELI - EPP	14.975.905/0002-72	ROBERT BOSCH CENTRO DE COMUNICACAO LIMITADA
21.161.563/0001-31	CRDAMATTA ENGENHARIA LTDA. EPP	04.457.561/0001-75	RODROLI SERVIÇOS EIRELI- ME
10.632.953/0001-26	CWF INSTALACOES ELÉTRICAS LTDA. - EPP	09.435.323/0001-82	ROMA EMPREENDIMENTOS & LOCACOES LTDA. - ME
10.261.125/0001-29	CYTHYAGO CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA. ME	27.737.464/0001-31	ROMO - PAVIMENTADORA LTDA.
27.072.564/0001-96	DAVITA HEALTHCARE BRASIL SERVICOS MEDICOS LTDA.	15.161.782/0001-18	RVA PROJETOS & CONSTRUCOES LTDA.
13.950.648/0001-70	DE LUCCA EMPRESARIAL LTDA.	21.355.834/0001-90	SANDRA ELISA DE LIMA PINHEIRO 92742114300
17.415.942/0001-33	DEL ENGENHARIA - EIRELI- ME	03.624.050/0001-38	SANTA CRUZ COMERCIO E SERVICOS LTDA.
11.683.278/0001-27	DEPOSITO MISSAL LTDA.	94.870.557/0001-27	SANTANDER BRASIL TECNOLOGIA S/A
11.446.485/0001-68	DFE SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. - EPP	09.591.486/0001-54	SÃO JOÃO ENERGÉTICA S.A.
07.821.585/0001-50	DIGITRACK MOBILIDADE E TECNOLOGIA LTDA.	38.112.384/0001-07	SECTOR CONSTRUCOES LTDA.
24.198.476/0001-47	DO VALLE E ITO LTDA.	11.893.612/0001-77	SEVEN SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA.
07.050.069/0001-79	DOMINIO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA.	46.706.961/0001-17	SO PADROES MATERIAIS ELETRICOS LTDA.
07.940.654/0001-44	E E RODRIGUES DOS REIS CONSTRUCOES E CONSTRUTORA EIRELI ME	04.901.772/0001-55	SOFTWAREDATA SOLUÇÕES PARA INFORMATICA LTDA. - ME
03.599.179/0001-33	EADI - SANTO ANDRE TERMINAL DE CARGAS LTDA. - BAIXADA NA RF	10.439.447/0001-15	SOLVI PARTICIPACOES EM PROJETOS DE SANEAMENTO LTDA.
62.532.007/0001-79	EATON POWER SOLUTION LTDA.	18.607.865/0001-86	SORRIFORTH SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.
62.532.007/0001-01	EATON POWER SOLUTION LTDA. (FILIAL)	12.419.243/0001-48	SPE BIO ALVORADA LTDA.
18.417.774/0001-88	ECEL ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA.	24.905.442/0001-45	SUBESTACAO AGUA AZUL SPE S.A.
14.634.195/0001-36	ECSERV CONSTRUCOES E SERVIÇOS EIRELI	28.807.917/0001-11	TAVARES E SALES ENGENHARIA LTDA.
08.873.392/0001-05	ECOTRAT CONTROLE DE PRAGAS URBANAS LTDA. - ME	04.556.413/0001-08	TECNOCON TECNOLOGIA CONSTRUCOES COMERCIO E SERVICOS EIRELI
79.719.613/0001-33	EDITORIA		

### DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO (Resolução CNSP 422, de 2021)

**FRANCISCO ANTONIO DE BARROS BASILIO MENDES**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Alameda Joaquim Eugenio de Lima, nº 1600 - apto nº 71, Bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP: 01403-002, portador do RG nº 93.886.520-7 e do CPF nº 594.505.414-34 e **GILDA FRANCISCA DE BARROS**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Alameda Jurupis, nº 800 - Apto 133 /BL B, bairro Moema, na cidade de São Paulo - Estado de São Paulo - CEP 04088-002, portadora do RG nº 983.092 SSP/PE e do CPF nº 102.158.914-49 (em conjunto, os "Declarantes"), neste ato na condição de acionistas da empresa **FAM SEGURADORA DE CREDITO E GARANTIA S.A.**, com sede na Av. Magalhães de Castro nº 4800, Torre1 - 22º Andar CJ223 - Sala 1A - Cidade Jardim - São Paulo - SP - CEP 05676-120 e inscrita no CNPJ sob o nº 55.428.714/0001-97, vêm respeitosamente, perante a D. Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP" ou "Autoridade"), por intermédio do presente instrumento, DECLARAR, a intenção de transformá-la em uma sociedade seguradora enquadrada no segmento S3, na forma da Resolução CNSP nº 388, de 8 de setembro de 2020 ("Resolução CNSP 388/2020"), para operar em todo território nacional, nos ramos de danos e pessoas, produtos garantia pública e privada, nos termos da RESOLUÇÃO CNSP Nº 422/2021 e da CIRCULAR SUSEP Nº 700/2024. Esclarecem ainda que, nos termos da regulamentação em vigor, eventuais impugnações à presente declaração deverão ser comunicadas diretamente a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, na Avenida Presidente Vargas 730, Rio de Janeiro, no prazo máximo de quinze dias, contados da data desta publicação, por meio de documento em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes poderão, na forma da legislação em vigor, ter direito a vista do respectivo processo.

Futuros Acionistas: **FRANCISCO ANTONIO DE BARROS BASILIO MENDES, GILDA FRANCISCA DE BARROS**

